

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO DEZASSEIS DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22 DE JUNHO DE 2016**

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município e Salão Nobre das Reuniões, teve lugar a décima sexta sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira, primeiro secretário e Dina Maria de Almeida Tomé, segunda secretária.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supramencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Liliana Matias Soares; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Paulo Jorge Dias Pereira; Manuel Leite dos Santos; e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Gentil Cabral Duarte, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea da Serra em substituição de Domingos dos Santos Rodrigues; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; José Manuel de Andrade Oliveira; e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Afonso Manuel Batista Dias e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido o Senhor Vereador José António Amaro Nunes.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu aos cidadãos presentes, por se terem disponibilizado para estarem presentes nesta sessão.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Apreciação e votação da ata nº 15 da sessão ordinária de 29.04.2016;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

o Apreciação e votação do 11º relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro;

o Apreciação e votação da proposta de 1ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e ao PPI para 2016;

o Apreciação e votação da proposta de autorização de assunção dos compromissos plurianuais previstos na 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016;

o Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação reportada a 09.06.2016;

o Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 15 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29.04.2016

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número quinze da sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número quinze da sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, a qual foi aprovada por maioria de dezassete votos a favor e uma abstenção do membro Gentil Cabral Duarte, que se absteve por não ter estado presente naquela sessão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.



2016.06.22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida, tendo destacado a seguinte:

- Convite do Agrupamento de Escolas de Tarouca - Festa da Música;
- Convite da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca para a Festa de Final de Ano;
- Convites da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira para a Festa /Convívio da Senhora do Calvário e para a Cerimónia de Homenagem aos Combatentes do Ultramar;
- Convite para a Manifestação Cultural Sabugueiro em Flor 2016 - comemoração do trigésimo aniversário.

Referiu que foram apresentadas justificações de falta pelos seguintes membros: - Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; José Manuel Andrade Oliveira; e Teresa Alexandra Carvalho Silva, as quais serão arquivadas sob os números quinze, dezasseis e dezassete, no maço de documentos número um do livro de atas número onze. Prosseguiu referindo a morte do cidadão Vítor Manuel Teixeira Cardoso, que exerceu durante muitos anos uma cidadania ativa e solidária, com intervenção significativa em diversas áreas, tendo sido também membro da Assembleia Municipal durante muitos anos. Considera que na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal deve estar atento às pessoas que vão marcando a diferença pela forma como se entregam às causas da comunidade, tendo endereçado um profundo voto de pesar à sua família, e solicitado aos presentes que se associem a esta homenagem, fazendo um minuto de silêncio em sua memória, o que foi concretizado. Quanto ao Congresso da Cidadania, realizado em dezoito de junho corrente, disse que este modelo lhe "encheu as medidas", porque foi diferente do habitual e apesar de gostar que estivessem estado presentes mais cidadãos, julga que pode marcar uma viragem na forma de estar das pessoas no Congresso, as quais foram desafiadas a intervir, de uma forma simples e descontraída, notando-se alguma resistência no início, que foi sendo ultrapassada e por isso entende que o caminho faz-se caminhando e as mudanças se fazem com estes pequenos gestos.

Agradeceu a todas as Associações que apresentaram projetos no âmbito do concurso "Cidadão Participa", pela qualidade dos mesmos e pela movimentação que fizeram das pessoas para votarem, salientando que o Congresso da Cidadania não tem regras, podendo as pessoas entrar e sair quando querem, procurando-se que seja cada vez mais identificado com a essência da democracia, ou seja a democracia direta, tal como acontecia na Grécia antiga, entendendo que vale sempre a pena ensaiar.

Agradeceu ainda a todas as pessoas que estiveram presentes, porque nesse dia havia muitos outros eventos no Concelho.

Agradeceu também à estrutura que deu apoio ao evento, nomeadamente ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, na pessoa da Coordenadora Técnica Ana Borges, pela forma empenhada e aguerrida como se entrega à organização de todos os eventos.

Felicitou os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal por estarem abertos a participar neste evento de forma empenhada, descontraída e descomprometida, bem como aos Senhores Presidentes de Junta que estiveram presentes e à comunicação social por valorizarem o evento. Prosseguiu informando que participou nos seguintes eventos:

- Homenagem aos Combatentes do Ultramar em Vila Chã da Beira, a qual achou muito interessante, por ver tanta gente a comemorar a paz numa tão pequena aldeia;
- Festa da Música do Agrupamento de Escolas de Tarouca e da Santa Casa da Misericórdia de encerramento do ano letivo, ambas muito bonitas pela forma serena e empenhada como decorreram;
- Encontro de Bandas no Centro Cívico da Cidade, que são um património riquíssimo do Concelho;
- Dia Distrital do Bombeiro, um evento importante para o Concelho, que trouxe a Tarouca uma grande quantidade de bombeiros de todo o distrito;
- Dia do Emigrante, relativamente ao qual se concluiu, conforme referiu o Senhor Presidente da Câmara naquele dia, que deve ser encontrada uma nova forma de envolver os emigrantes;
- Concurso Miss Tarouca, que foi um evento muito importante e muito concorrido;
- Festividades da Flor do Sabugueiro, as quais considera muito importantes, sugerindo que seja aproveitado aquele cartaz e que seja transformado num cartaz regional/nacional, por serem diferenciadoras no contexto nacional;
- Programa da TVI em Tarouca, pela projeção televisiva que deu ao Concelho, dentro do que é possível fazer no âmbito daquele programa;
- Jornada Diocesana da Juventude, que foi muito interessante e importante para a juventude e abrange toda a diocese;
- Apresentação do livro José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Peregrino do Saber, na Biblioteca da Assembleia da República, a qual esteve a cargo de Fernando Rosas, tendo ficado maravilhado com o que aprendeu, pois percebeu que sabia muito pouco sobre José Leite de Vasconcelos, que é considerado o fundador das ciências sociais em Portugal, e que foi uma personagem eclética, com uma dimensão científica larga e profunda.



2016.06.22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Informou ainda que estão a pensar em promover o lançamento daquele livro em Tarouca, o que será um ponto alto na cultura do Concelho, conseguindo-se dessa forma relembrar quem foi José Leite de Vasconcelos e a obra que legou.

Manifestou a sua preocupação pelo facto do alargamento de horário do Centro de Saúde de Tarouca ter vindo a demonstrar algumas dificuldades para funcionar em pleno, por se começar a notar a falta de profissionais de saúde, para garantir que todos os períodos previstos de alargamento de horário sejam cumpridos. Considera que Tarouca não deve prescindir desse direito, ou seja do funcionamento daquela unidade de saúde nos dias úteis entre as 20 horas e as 22 horas, bem como aos fins de semana e feriados das 9 horas às 17 horas, sabendo que o Senhor Presidente da Câmara já tomou posição sobre o assunto.

Relativamente à revisão do PDM, disse que tem participado nas reuniões da Comissão, tendo informado que o documento está quase em fase de discussão pública e que, por isso, em breve terão mais notícias sobre o mesmo.

Quanto à questão da reorganização das Freguesias, e uma vez que o atual Governo tinha prometido a sua reposição, disse que como Presidente da Assembleia defende que assim que seja possível sejam repostas as dez freguesias do Concelho que existiam anteriormente.

Informou ainda que no âmbito das reuniões da CIMDouro, um dos temas discutidos foi a saúde, tendo-se comprometido a elaborar um memorando para apresentar aos seus colegas Presidentes das Assembleias Municipais do Douro Sul, para ser um guia para a discussão pública das questões da saúde, cujo teor leu em voz alta, para conhecimento de todos os presentes e que a seguir se transcreve:

"Proposta de Memorando para discussão pública:

Há urgências na saúde do Douro Sul

Não sendo emergente, porque já se verifica há algum tempo, urge tomar medidas que permitam aos cidadãos do douro sul uma adequada oferta de cuidados de saúde de proximidade.

De forma muito objetiva poderemos dizer:

- O Hospital de Lamego é uma unidade de saúde com um programa funcional não ajustado às necessidades das populações do Douro Sul.

- O programa funcional atual não está a ser cumprido, por alegada falta de recursos, humanos e técnicos, e certamente por opções de gestão da oferta assistencial

- O Edifício desta unidade Hospitalar está subaproveitado. Face a estas constatações abordam-se, medidas de diagnóstico e soluções possíveis:

- Deverá iniciar-se a discussão, com a participação dos Municípios, de um programa funcional mais ajustado, que tenha uma oferta assistencial que vá ao encontro das necessidades locais.

- Deverá apurar-se as razões de nem o programa funcional atual estar a ser cumprido e a não existência de equipamentos de MCDT - como por exemplo TAC.

- No edifício poderia instalar-se a sede do Aces Douro Sul e de todos os órgãos que o compõem, bem como os serviços de apoio, com ganhos importantíssimos para a integração e melhores cuidados aos cidadãos, pois permitiria mais facilmente a partilha de dinâmicas entre os dois níveis de cuidados - Hospitalares e Primários,

- Hospital e Agrupamento de Centros de Saúde, deveriam constituir-se numa Unidade Local de Saúde, ou num modelo idêntico, que permita de forma clara uma integração dos cuidados e uma oferta assistencial que dê aos cidadãos desta região segurança em saúde, com uma prestação de cuidados adequada à nossa realidade demográfica e geográfica. Neste processo, chamar à integração os Municípios e as Instituições de Solidariedade Social.

- E ainda, complementar-se a oferta do Hospital, com uma estrutura de cuidados de retaguarda e também de cuidados continuados e paliativos, no antigo Hospital de Lamego propriedade da Misericórdia, bem como noutros concelhos da região.

- Bem como no Agrupamento de Centros de Saúde, deverá, tão rápido quanto o tempo suficiente para se protocolar, nas UCC - Unidades de Cuidados na Comunidade, já existentes fazendo-as alargar para todos os concelhos, criarem-se as equipas de cuidados continuados integrados ao domicílio, com alocação também de técnicos dos Municípios e das IPSS locais."

Não tendo havido inscrições para o primeiro momento de intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa** - Manifestou o seu desagrado pelo facto de no evento "Semana Diferente", que vai ser realizado em julho próximo, serem apenas admitidas raparigas no Grupo B, pois tem dois filhos rapazes que assim estão impedidos de participar no mesmo.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu à Câmara Municipal pelo apoio logístico dado à organização da homenagem aos Combatentes do Ultramar em Vila Chã da Beira, e pelas presenças do Senhores Presidente e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e ainda por todo o empenho do Senhor Vice-Presidente da Câmara na organização do evento.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que foram homenageados 62 ex-combatentes todos naturais daquela povoação, tendo conseguido estar presentes 40. Dirigiu uma palavra de agradecimento a todos os residentes de Vila Chã da Beira, pela importância que deram ao evento e pela motivação na movimentação de pessoas, pois numa aldeia com apenas cerca de 90 habitantes, conseguiram juntar cerca de quatrocentas pessoas naquela homenagem.

Agradeceu ainda aos Senhores Presidente e Vice-presidente da Câmara Municipal por terem estado presentes na Festa de Santo António, em Granja Nova, da qual destacou a corrida de cavalos, pois apesar de se ter realizado numa segunda-feira, conseguiram ter lá muita gente, tendo agradecido também à respetiva Comissão de Festas.

Concluiu referindo a homenagem ao Professor Macário Ribeiro de Almeida, que teve lugar no Hotel Lamego, na qual gostou muito de participar, quer como Presidente da Junta, quer como cidadão.

- **Manuel Leite dos Santos** - Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal quando irão proceder à alteração efetiva dos cortes da iluminação pública no Concelho, porque atualmente em face dos equipamentos que existem, é possível colocar apenas focos de luz a funcionar, pois tendo em conta que a iluminação pública é trifásica, bastaria que apenas uma das fases funcionasse que já evitava o apagão.

Considera que esta situação de apagão não traduz um aspeto positivo, pelo contrário, é negativo, pois não estimula, não ajuda a combater a desertificação, uma vez que passar-se à noite por uma povoação sem luz, nem se sabe por onde se está a passar.

Salientou que é imperativo e urgente que se possa implementar um novo modelo de corte na iluminação pública, e apesar de saber que o Executivo está à espera de uma candidatura para a substituição da iluminação pública por leds, julga que até isso se efetivar há formas muito simples de resolver rapidamente o problema do apagão noturno, o que daria uma imagem de se ter consideração pelos cidadãos do Concelho, e que permitirá economizar ainda mais do que com o atual sistema de apagão.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Considera que a vinda da TVI a Tarouca foi muito importante, porque foi uma excelente forma de divulgar o Concelho, tendo sido um evento fantástico e por isso se houver hipótese de se repetir, julga que deverá acontecer, porque leva o nome de Tarouca muito longe.

Relativamente ao Congresso da Cidadania disse que correu bem, foi pena não ter tido grande adesão, mas foi um modelo agradável e que funcionou na plenitude para quem está no evento de forma democrática.

Salientou a realização da Festa dos Impostos do Distrito de Viseu, que no corrente ano teve lugar em Tarouca, com a presença de cerca de 160 funcionários e da Senhora Diretora Geral dos Impostos e 2 Subdiretores, nunca tendo estado presente em nenhum Concelho do Distrito uma delegação tão grande a nível superior.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o facto de os ter recebido nos Paços do Município. Referiu que a festa correu muito bem, com a visita aos monumentos do Concelho e missa em Salzedas, infelizmente tiveram de ir almoçar fora do Concelho, por não haver disponível nenhum local que acolhesse tanta gente.

Relativamente ao Dia Distrital do Bombeiro, disse que foi um evento muito importante para Tarouca, mas não gostou dos discursos na sessão solene, porque se meteu política onde não devia.

Relativamente às freguesias, disse que também concorda com a defesa pela manutenção das dez freguesias, contudo entende que deve ser feita uma auscultação às pessoas sobre a sua opinião atual sobre o assunto, porque entende que seria mais democrático.

Ao membro Manuel Leite dos Santos disse que todos sabem que os cortes da iluminação pública já vêm do anterior mandato, mas pergunta se será possível trazer a esta Assembleia Municipal um relatório contendo os gastos com a situação existente e com a que foi agora proposta, para poder ser analisado o assunto abertamente.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que se passa com os transportes públicos no Concelho, pois hoje foi abordado por alguém que lhe disse que hoje não teve transporte de Ucanha para Tarouca.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que iniciou por explicar que, quanto aos transportes públicos, teve uma reunião no início de maio com os responsáveis da empresa TRANSDEV, na qual eles propuseram que o Município pagasse uma compensação mensal para fazerem os transportes públicos no valor de três mil e novecentos euros por mês. Entende que o Município não tem obrigação de pagar aquele valor, pois a empresa ganhou o concurso dos transportes públicos do Concelho e se isso aconteceu é porque entendiam que os podiam realizar sem o apoio desta Autarquia, senão teriam dado a oportunidade a outras empresas, e por isso julga que têm a obrigação de os realizar.

Disse ainda que a empresa decidiu não executar os transportes no Concelho, tendo-os cortado na passada segunda-feira, sem dar quaisquer satisfações ao Executivo. Por isso, decidiram colocar os veículos do Município a fazer os transportes das pessoas do Concelho, o que já está



2016.06.22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a acontecer, tendo a certeza que os gastos vão ser inferiores ao valor da compensação que a empresa solicitou e que as pessoas ficarão ainda melhor servidas.

Registou com agrado a sugestão do membro Manuel Leite dos Santos, referindo que apesar de estarem a aguardar a candidatura à iluminação pública LED, que é um projeto da CIMDouro, irá colocá-lo em contacto com a técnica responsável pelas questões da iluminação pública para discutirem o assunto.

Continuou dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia fez um resumo interessante das atividades e que efetivamente são cada vez mais as pessoas que visitam o Concelho e que ficam agradados com a forma como são recebidos e com aquilo que temos para visitarem.

Referiu que o Concelho também ficou a ganhar com a presença do Programa Somos Portugal da TVI, pois já notaram mais turistas a visitar e a almoçar no Concelho, o que se deve à atividade que o Executivo tem vindo a desenvolver, à Assembleia Municipal, mas sobretudo à atividade económica dos particulares, que estão a colaborar no sentido de terem uma melhor oferta.

Explicou ainda que quando decidiram aceitar que o Programa Somos Portugal viesse a Tarouca, não imaginavam que iriam transmitir o jogo de futebol nesse dia. De qualquer forma, julga que vale a pena continuar a trazer cá aquele Programa, pois tem o custo de um grupo musical das Festas de S. Miguel, uma vez que só têm de pagar a alimentação e as dormidas dos técnicos da televisão, estando a diligenciar no sentido de conseguir que para o ano seja fixado sempre o mesmo dia anualmente.

Acrescentou que não percebe algumas críticas que têm sido feitas alegando os elevados custos do Programa, sem terem efetivamente conhecimento de causa.

Interveio de seguida o Senhor Vereador **José Damião Lopes Guedes de Melo**, tendo explicado ao membro Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa que o Programa "Uma semana diferente" é levado a efeito por uma entidade externa ao Município, incumbindo-nos apenas de fazer a respetiva divulgação, por isso são eles que definem as regras e o público-alvo. Acrescentou que se aparecer outra entidade com um outro projeto estarão abertos a recebe-los, de qualquer forma irá expor-lhes o assunto.

Quanto ao Programa da TVI, disse que entende que o facto de ter decorrido em Tarouca no dia da transmissão da Taça de Portugal, foi benéfico para o Concelho, porque tiveram uma maior audiência nesse dia, com um público que habitualmente não vê o programa.

Passou-se de imediato à discussão da ordem do dia:

PONTO 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO 11º RELATÓRIO SEMESTRAL DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Presente o décimo primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro em cumprimento do número seis do artigo sexto do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março, respeitante ao período de um de outubro de dois mil e quinze a trinta e um de março de dois mil e dezasseis, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de dois de junho corrente, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por referir que este relatório é completamente atípico, porque não permite uma verdadeira comparação dos dados e que se retirem conclusões concretas, uma vez que é um relatório semestral, mas que respeita ao período compreendido entre outubro de dois mil e quinze e março de dois mil e dezasseis, e por isso compara anos económicos distintos.

Informou que se mantêm os índices de redução da dívida, do endividamento e das despesas, com um aumento das receitas. No que se refere à iluminação pública, explicou que quando foi assinado o Plano de Saneamento Financeiro se comprometeram a reduzir os consumos de iluminação pública e se terminassem com o atual sistema de apagar a iluminação pública durante a noite, daria um aumento do gasto em aproximadamente dezoito mil euros mensal, para um acréscimo de duas horas.

Disse que este relatório inclui o primeiro trimestre de dois mil e dezasseis, e têm feito o possível para que seja o mais transparente possível, de forma que conheçam o que se passa.

Continuou informando que, no ano findo, em setembro, não conseguiram pagar uma parte da prestação do empréstimo de saneamento financeiro, mas no primeiro trimestre do corrente ano conseguiram-na liquidar. Contudo, no dia dezoito de março último venceu-se mais uma prestação e o Município não teve liquidez para o seu pagamento, por isso tiveram uma reunião com a Direção do Banco tendo conseguido fazer um acordo para catapultar esta prestação para setembro próximo, altura em que se vencerá uma outra prestação, cujo pagamento terá novamente de ser adiado para dois mil e dezassete.

Concluiu dizendo que em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara têm feito diversas diligências junto da Administração Central no sentido de encontrarem uma solução para a renegociação da dívida do Município, que passaria pelo alargamento do prazo para o pagamento do empréstimo de saneamento financeiro, o que foi aceite pelo Banco, no



2016.06.22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

entanto o Tribunal de Contas não concorda com as soluções apresentadas, pois entende que têm de cumprir o presente plano de saneamento, sugerindo o aumento das taxas, principalmente do IMI e dos preços. Considera que esta solução não interessa nem ao Município, nem aos tarouquenses e, por isso, vão continuar a lutar para encontrarem uma solução para a falta de liquidez diária, lembrando que o Município tem uma despesa anual com a amortização da dívida e dos juros no valor de um milhão e quinhentos mil euros por ano, tendo-se já conseguido libertar recursos para pagar novecentos mil euros por ano, faltando encontrar solução para o restante valor.

- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que se está a falar de um empréstimo de seis milhões e quinhentos mil euros que teve um período de carência de três anos, do qual resultou uma clara insustentabilidade do serviço da dívida. Felicitou o Executivo pelo esforço que está a fazer para encontrar uma solução e manifestou a sua solidariedade para ajudar na procura das melhores soluções para resolver este problema.

- **António Carmo Santos** - Disse que estão todos solidários com o trabalho do atual Executivo, contudo o Executivo anterior quando apresentou o Plano de Saneamento Financeiro foi com a intenção de pagar aos fornecedores, porque apareceu essa oportunidade para resolver a situação e por isso considera que agora tem de se fazer um esforço para pagar a dívida.

Disse ainda que também entende que não devem ser os tarouquenses a pagar a dívida com o aumento das taxas, concordando por isso que seja feita uma renegociação da dívida, pois o Município arranjará mais facilmente uma melhor forma de fazer face às despesas, do que os particulares.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que este Município tem de ser uma pessoa de bem, que honra os seus compromissos, por isso entende que o Executivo está a fazer um excelente trabalho, condenando apenas o facto de se ter aprovado no anterior mandato, o período de carência de três anos para o empréstimo de saneamento financeiro, uma vez que as prestações seriam muito mais suaves se não fosse aquele período de carência, porque hipotecaram dessa forma o futuro.

Salientou que o incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro origina automaticamente o aumento por exemplo do IMI, entre outras sanções.

Concluiu agradecendo o esforço que o Executivo tem vindo a fazer para ultrapassar esta difícil situação financeira.

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que, aquando da aprovação do Plano de Saneamento financeiro, era ainda

Vereador e também não concordou com o período de carência do empréstimo.

Disse ainda que, efetivamente, estão com uma grande dificuldade de liquidez, a qual não é fácil ultrapassar, por isso se conseguissem alargar o prazo de pagamento do empréstimo seria importante.

Salientou que a prioridade do Executivo tem sido sempre pagar os vencimentos aos funcionários e tentar não aumentar as taxas, mas não tem sido nada fácil.

Lembrou as dificuldades que o Executivo anterior tinha em pagar aos fornecedores, sem terem a despesa com a amortização e juros do empréstimo de saneamento financeiro, por isso podem imaginar as dificuldades atuais, uma vez que têm que pagar anualmente cerca de um milhão e quinhentos mil euros de juros e amortização da dívida e este ano receberam menos cento e dezasseis mil euros de IMI.

Manifestou a sua satisfação em relação aos Senhores Presidentes de Junta, por perceberem a difícil situação financeira do Município e aceitarem dividir despesas na execução das obras.

Referiu que efetivamente o Estado pode penhorar o FEF em caso de incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro e isso seria uma catástrofe, pois por exemplo implicaria que não se pudesse pagar aos funcionários.

Informou ainda que foi apresentado um pedido de proposta aos bancos para ser renegociado o empréstimo, mas não foram apresentadas propostas.

Interveio de seguida o membro **Rui Fernando Guedes Raimundo** para esclarecer que o facto de o Município ter recebido menos verbas provenientes do IMI se deveu à alteração que houve à lei que veio automatizar as isenções de IMI, que antes tinham de ser requeridas e agora passaram a ser automáticas, tendo beneficiado por exemplo inúmeros emigrantes, que não tinham rendimentos no País.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o décimo primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, respeitante ao período de um de outubro de dois mil e quinze a trinta e um de março de dois mil e dezasseis.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E AO PPI PARA 2016

Presente a proposta de revisão dos documentos previsionais de dois mil e dezasseis, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezasseis de junho de dois mil e dezasseis, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****"1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2016****PROPOSTA**

Considerando que, nomeadamente:

- a) está aberto concurso para apresentação de candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade de Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), abrangendo infraestruturas de "Abastecimento de Água" e de "Saneamento de Águas Residuais" (85% de comparticipação);
- b) foi aberto um período para receção de candidaturas ao Fundo de Emergência Municipal para atribuição de apoios (60% de comparticipação) destinados à correção de danos nas infraestruturas rodoviárias municipais devido às intempéries ocorridas no início de 2016;
- c) está também aberto concurso para apresentação de candidaturas de investimentos de melhoria da eficiência energética em estabelecimentos escolares do 2º e 3º ciclo do ensino básico (85% de comparticipação);
- d) os projetos a candidatar aos referidos financiamentos não se encontram especificados no Plano Plurianual de Investimentos, sendo necessário proceder à sua inclusão para esse efeito e posterior execução;
- e) a necessidade de adequar a previsão da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado, de acordo com a Lei n.º 7-A/2016, de 30.03;
- f) a existência de saldo da gerência anterior passível de utilização nos termos da alínea a) do ponto 8.3.1.4. do POCAL;

proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2016:

a) 1ª revisão ao Orçamento da Receita, nos montantes de € 231 016 e de € 41 016, correspondentes a inscrições e diminuições, respetivamente;

b) 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, nos montantes de € 211 000 e de € 21 000, correspondentes a inscrições e diminuições, respetivamente;

c) 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante de € 160 000, para 2016, de € 532 000, para 2017 e de € 100 000, para 2018.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2, 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 14.06.2016

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que até trinta e um de dezembro do ano findo não havia nenhuma informação sobre os fundos comunitários, por isso o orçamento foi elaborado com base no conhecimento que existia naquela data. Entretanto, foi aberta a possibilidade de apresentarem candidaturas para reduzir perdas de água e para execução de saneamento básico, o que decidiram aproveitar.

Por outro lado, o Governo lançou uma comparticipação para as intempéries, cuja oportunidade também irão aproveitar. Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes documentos:

- a) 1ª revisão ao Orçamento da Receita para dois mil e dezasseis, nos montantes de € 231 016,00 (duzentos e trinta e um mil e dezasseis euros) e de € 41 016,00 (quarenta e um mil e dezasseis euros), correspondentes a inscrições e diminuições, respetivamente;
- b) 1ª revisão ao Orçamento da Despesa para dois mil e dezasseis, nos montantes de € 211 000,00 (duzentos e onze mil euros) e de € 21 000,00 (vinte e um mil euros), correspondentes a inscrições e diminuições, respetivamente;
- c) 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante de € 160 000,00 (cento e sessenta mil euros) para dois mil e dezasseis, de € 532 000,00 (quinhentos e trinta e dois mil euros), para dois mil e dezassete e de € 100 000,00 (cem mil euros), para dois mil e dezoito.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS PREVISTOS NA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2016

Presente a proposta de autorização de assunção dos compromissos plurianuais previstos na 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dezasseis, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezasseis de junho de dois mil e dezasseis, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS PREVISTOS NA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2016

PROPOSTA

Na sequência da apresentação da proposta da 1ª revisão ao plano plurianual de investimentos para 2016, contemplando a reprogramação e a inclusão de novos projetos/ações,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a autorização prevista na alínea c) do n°1 do artigo 6° da Lei n° 8/2012, de 21.02, na redação atual, de assunção dos compromissos plurianuais ali previstos, nos seguintes montantes:

Ano 2017: € 532 000

Ano 2018: € 100 000

Paços do Município, 14.06.2016

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção dos compromissos plurianuais previstos na proposta de 1ª revisão ao plano plurianual de investimentos para dois mil e dezasseis, nos seguintes montantes:

Ano 2017: € 532 000 (quinhentos e trinta e dois mil euros)

Ano 2018: € 100 000 (cem mil euros).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REPORTADA A 09.06.2016

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezasseis de junho corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 28.11.2015, reportada a 09.06.2016, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será transcrita em ata e arquivada sob o número dezoito, do maço de documentos número um do livro de atas número onze, e que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÃO REPORTADA A 09.06.2016**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 28.11.2015, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o corrente ano, junto se anexa a respetiva lista, reportada a 09.06.2016.

Paços do Município, 09.06.2016.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não foram feitas quaisquer intervenções.

Foi apreciado e tomado conhecimento da presente informação.

PONTO 5 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada com antecedência para todos os membros e será arquivada sob o número dezanove, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze.

Intervieram os seguintes membros:

- **António Carmo Santos** - Relativamente à proposta do membro Manuel Leite dos Santos, sobre a iluminação pública, disse que o reconhece como sendo um técnico nesse assunto, e por isso entende que se devia formalizar um pedido de parecer à entidade responsável sobre a proposta que apresentou, uma vez que evitará os apagões noturnos e não terá aumento de custos.

Alertou para o facto das luzes de Santa Helena continuarem acesas.

Referiu que as reuniões da Assembleia Intermunicipal da CIMDouro têm sido muito importantes na discussão de assuntos relacionados com a área da saúde, tendo dado como exemplo o facto do Hospital de Lamego ter tudo pronto para a colocação de um aparelho de TAC, mas mesmo assim não o colocam, cujo motivo não se compreende.

Em relação à homenagem aos antigos combatentes, lamentou que não tivessem sido convidados todos os membros da Assembleia Municipal, pois ele próprio também gostaria de ter estado presente.

Em relação ao Congresso da Cidadania disse que correu bem, mas que já teve mais afluência, tal como acontece com as sessões da Assembleia Municipal.

Concluiu dando os parabéns ao Executivo pelo trabalho que estão a fazer na área financeira.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Relativamente à saúde, disse que são factos terríveis os que o Senhor Presidente da Assembleia anunciou na sua intervenção relativos à dificuldade de funcionamento do Centro de Saúde de Tarouca entre as vinte e as vinte e duas horas e aos fins de semana, por falta de médicos.

Prosseguiu referindo que há dois anos houve necessidade de mudança no acesso às Consultas no Centro de Saúde de Tarouca, tendo havido uma pro-atividade grande da parte do Senhor Presidente da Assembleia no sentido de



2016.06.22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

otimizar os recursos existentes, o que aparentemente correu bem.

Referiu que os médicos a exercer no Centro de Saúde são os mesmos desde há muitos anos, e que atualmente contam ainda com oito internos, por isso pergunta o que estará então a funcionar mal e porque é que a resposta não está a ser dada da mesma maneira.

Disse ainda que lamenta não ter conhecimento desta situação antes, como membro do Conselho da Comunidade, porque desconhecia por completo que havia as falhas apontadas, mesmo sendo trabalhadora daquela unidade.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Esclareceu que não tem nada contra a sugestão do membro Manuel Leite dos Santos em relação à iluminação pública, apenas questionou sobre o custo e se tecnicamente essa solução seria possível.

Congratulou-se com o facto de, apesar das dificuldades financeiras, se continuar a fazer obra e de colocar o que é necessário no sítio certo não estando em causa o número de pessoas abrangidas. Deu como exemplo a cedência do antigo edifício da escola de Gondomar à Associação Recreativa e Cultural de Gondomar, cujo espaço exterior foi pavimentado pela Câmara Municipal e que será muito útil para a realização das festas da povoação, assim como a execução do saneamento de Teixelo.

Salientou a pintura das passadeiras, porque já estavam invisíveis e que é um trabalho fundamental para a segurança de todos.

Concluiu ressaltando a execução do Caminho da Sra. das Necessidades, que é um acesso fundamental e que beneficiará muitos agricultores, estando em execução graças ao Município.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à intervenção do membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, explicou que o Centro de Saúde tem um horário normal de funcionamento das oito às vinte horas de segunda a sexta-feira e o alargamento do horário de funcionamento entre as vinte e as vinte e duas horas todos os dias da semana e aos fins de semana e feriados das nove às dezassete horas.

Explicou ainda que se têm vindo a proceder a profundas alterações no acesso dos utentes ao Centro de Saúde, o que implicou uma reformulação do plano de trabalho de cada um dos profissionais de saúde e também a abertura de outros canais de marcação de consultas, designadamente através da internet.

Prosseguiu dizendo que essas alterações permitiram uma mudança profunda no acesso aos cuidados de saúde em Tarouca, tendo o número de consultas marcadas pela internet aumentado de forma exponencial, na medida em que antes não existia essa possibilidade, por isso o acesso agora é mais

simples, mais organizado e mais amigo do cidadão, evitando por exemplo que as pessoas se tenham de deslocar muito cedo para o Centro de Saúde, como acontecia anteriormente.

Continuou explicando que os períodos de alargamento do horário de funcionamento do Centro de Saúde são assegurados por médicos em trabalho extraordinário, estando a haver algumas dificuldades em cumprir esse horário, por falta de médicos disponíveis. Isto porque há médicos no Centro de Saúde que não estão disponíveis para trabalhar nos referidos períodos de alargamento de horário, e por isso há necessidade de se recorrer a médicos externos ao Centro de Saúde para executarem esse trabalho, o que nem sempre tem sido fácil de conseguir.

Considera que Tarouca não deve permitir que esse horário de alargamento termine, porque prejudicará os nossos concidadãos.

- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que também teve conhecimento da situação exposta pelo Senhor Presidente da Assembleia no que respeita ao funcionamento do Centro de Saúde de Tarouca, e por isso reuniu de imediato com o Senhor Coordenador daquela Unidade de Saúde que o alertou para as grandes dificuldades que tem tido para conseguir arranjar médicos disponíveis para trabalharem no período de alargamento de horário, o que implica que algumas vezes não se consiga realizar.

Referiu ainda que o Executivo está a fazer um grande esforço para conseguir dar melhores condições de saúde aos Tarouquenses, tendo dado como exemplo o facto de terem solicitado à ARS o fornecimento de material médico para a Unidade Móvel de Saúde, tal como estava acordado, mas como esta não o forneceu, a Câmara Municipal está a financiar todo o material para manter aquele equipamento em funcionamento.

Concluiu salientando a importância de todos ajudarem nesta situação, sendo necessário um esforço acrescido dos profissionais de saúde, para que Tarouca não perca o alargamento de horário do Centro de Saúde, com o que nunca concordaria.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Disse que na qualidade de membro desta Assembleia e de médica do Centro de Saúde de Tarouca gostaria de salientar que sempre houve e sempre haverá disponibilidade permanente de todos os médicos para o funcionamento pleno daquela unidade de saúde.

Considera que alguma coisa aconteceu, a qual desconhece, e que por isso ficou estupefacta com o assunto exposto, pois há cerca de trinta anos que estão em Tarouca sempre disponíveis para trabalhar em prol dos cidadãos do Concelho. Julga que deverá ser



2016.06.22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

averiguado o que se passou na realidade, pois o Coordenador da Unidade nunca lhes fez constar esse problema.

O **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que efetivamente tem havido períodos de lacuna no preenchimento do alargamento de horário, que não têm permitido que o Centro de Saúde funcione nesses períodos.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - A propósito da saúde, aproveitou para esclarecer que anteriormente as pessoas ficavam isentas do pagamento de taxas moderadoras pela declaração de IRS, mas como atualmente uma grande parte dos pensionistas estão isentos da apresentação do IRS, devem preencher o pedido de isenção de taxas moderadoras no Portal da Saúde. Contudo, essa informação não lhes está a ser dada corretamente e por isso solicitou que todos ajudem a divulgar esta situação.

Disse ainda que gostaria que o Centro de Saúde não continuasse a enviar as pessoas para o Serviço de Finanças para resolverem o problema, devendo informar os cidadãos no sentido de apresentarem o pedido de isenção no Portal da Saúde.

Terminadas as intervenções, passou-se ao de seguida ao
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)

Inscreveu-se para intervir o **cidadão António Ribeiro de Almeida**, tendo dito que a sua intervenção é feita no seguimento das intervenções do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do Senhor Presidente da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira e do membro António do Carmo Santos sobre a Homenagem aos Combatentes do Ultramar, que decorreu em Vila Chã da Beira. Referiu que esta é uma das mais pequenas localidades do Concelho, na qual 62 dos seus habitantes se prontificaram para ir voluntariamente até ao Ultramar defender Portugal.

Disse ainda que nas redondezas muitos outros Concelhos já fizeram homenagens aos seus Combatentes e que julga que ao concelho de Tarouca falta marcar essa página da nossa história, pois também deveria homenagear todos os tarouquenses que foram para o Ultramar, tendo os Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia mostrado a sua total abertura para o efeito.

Concluiu informando que em maio se realizou uma concentração de ex-Combatentes em Fátima, de onde saiu uma Comissão, que começou já a dar os primeiros passos para que em breve possa ser levada a efeito essa

homenagem no Concelho, esperando que nessa ocasião todos os membros da Assembleia se pronunciem a favor da mesma.

Procedeu-se de seguida à leitura em voz alta da minuta das deliberações aprovadas nesta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guerra Borges*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

